

A Reforma da Gestão Pública

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Correio Braziliense, 2.12.2002.

A Reforma da Gestão Pública de 1995 ficará como um marco do esforço de reconstrução do Estado brasileiro, como uma mudança decisiva para habilitá-lo a competir em um mundo global em que os estados nacionais se tornaram mais estratégicos do que antes, embora tenham também se tornado mais interdependentes. Esse tipo de reforma está acontecendo em quase todos os países desenvolvidos. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil está na dianteira, embora haja também algum avanço no Chile e no México.

A reforma da gestão pública deve ser compreendida no âmbito de duas grandes forças que moldaram a sociedade contemporânea no século XX. De um lado, a globalização, o fato de o capitalismo haver-se tornado dominante em nível mundial, e os mercados terem sido todos abertos para a competição capitalista. De outro lado, a democracia, que só nesse século se tornou o regime político dominante. Mesmo nos países mais avançados economicamente, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, as mulheres e os pobres só alcançaram o direito de voto no começo do século XX. A Revolução Francesa e a revolução americana, que muitas vezes são apresentadas como democráticas, foram na verdade revoluções liberais: estabeleceram um regime liberal mas ainda autoritário. Foi ainda na segunda metade do século XIX, nos quadros de um liberalismo autoritário mas no qual já havia o estado de direito que, nos países ricos, ocorreram as reformas burocráticas. No Brasil, aconteceu nos anos 30, no governo Vargas: é a Reforma Burocrática de 1936.

A partir dos anos de 1980, uma segunda grande reforma do Estado começa a ocorrer nos países desenvolvidos — a reforma da gestão pública. Ocorre como uma resposta àquelas duas grandes forças que definiram o século XX — a globalização e a democracia, resposta que a administração pública burocrática não lograva dar porque foi produto de regimes autoritários e relativamente fechados ao resto do mundo.

No Brasil, a Reforma da Gestão Pública de 1995 foi — e continua a ser, já que está em processo de implementação — uma resposta aos desafios apresentados pela globalização. Antes tínhamos um sistema internacional baseado no equilíbrio de poderes, no qual grandes potências, geralmente vizinhas, ameaçavam-se com guerras e usavam a diplomacia para eventualmente evitá-la. Desde o tratado de Westfalia, no século XVII, esta foi a situação que dominou o mundo. Esse tipo de diplomacia internacional acabou.

Hoje os grandes países não têm mais inimigos. Os grandes inimigos são o terrorismo, as drogas, a criminalidade, a exploração de crianças e de mulheres pelo tráfico internacional, o aquecimento global, não mais outros países. Entretanto, os países competem fortemente entre si. A globalização significa competição em nível mundial. Nesse momento, passa a ser importante a questão da competitividade — de empresas capazes de competir no mundo global. E o Estado assumiu um papel estratégico de apoio às suas empresas. Mais estratégico no plano econômico do que no tempo da diplomacia do equilíbrio de poderes, em que os Estados eram chamados apenas nas horas de guerra, ou então para garantir o estado de direito. Na globalização, ao contrário do que afirma a ideologia multinacional, o papel econômico dos Estados, portanto, aumentou, ao invés de haver diminuído.

Entretanto, for excessivo, o custo do aparelho do Estado pesará sobre as empresas, e o país perderá terreno na competição global. Esse é um desafio fundamental e, diante dele, é claro que a nova gestão pública, com as idéias de mais autonomia e de mais responsabilidade para os gestores, é uma forma muito mais adequada de resposta.

Por outro lado, com a democracia, a administração pública tornou-se uma questão eminentemente política. A qualidade dos serviços públicos tornou-se um dos fatores que elegem ou não governadores, prefeitos e eventualmente presidentes. Até pouco tempo atrás, os candidatos a governadores e presidente diziam que eram melhores porque realizavam mais obras. Hoje, votaremos neles se forem capazes de praticar uma política macroeconômica correta, que garanta o pleno emprego, e, também, se forem capazes de ter políticas efetivas de segurança pública, de educação, de saúde, de assistência social que produzam resultados.

Como a reforma da gestão pública de 1995 responde a mudanças ou forces

fundamentais, constitui um processo que não tem volta. Seu objetivo é reconstruir o Estado, é fortalecer o serviço público. No próximo governo, essa reforma certamente terá novos desdobramentos, mas a linha geral não poderá ser outra senão o da moderna gestão pública porque só ela poderá dotar o Brasil de um aparelho do Estado à altura dos desafios estratégicos que o país terá que enfrentar.